

RELATÓRIO DE GESTÃO

Conselho Regional de Economia
5ª Região Bahia

2020

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 5ª REGIÃO/BA

Autarquia Federal de fiscalização profissional, criada pela Lei 1.411/51, subordinada ao Conselho Federal de Economia.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Relatório de Gestão do exercício de 2020 apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual à qual esta unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborada de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 178/2019, na portaria TCU nº 378/2019, DN TCU nº 180/2020, DN TCU nº 182/2020, DN TCU nº 183/2020, IN TCU nº 84/2020.

SUMÁRIO

1	MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
2	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	8
3	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	24
4	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	27
5	RESULTADOS DA GESTÃO	35
6	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	35
7	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	45
8	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	53
9	ANEXOS E APÊNDICES	54

RELAÇÃO DE SIGLAS

CORECON/BA – Conselho Regional de Economia 5ª – Região/BA

COFECON – Conselho Federal de Economia

BAHIAGÁS – Companhia de Gás da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

TCU – Tribunal de Contas da União

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNIFACS – Universidade Salvador

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

LAI – Lei de Acesso à Informação

CDA – Certidão de Dívida Ativa

CTC – Comissão de Tomada de Contas

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PPDRU - Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador

1.0 MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA ENTIDADE

Esse relatório de gestão tem como objetivo apresentar as principais atividades desenvolvidas no ano de 2020 pelo Conselho Regional de Economia - 5ª Região/BA – Corecon/BA, Autarquia Federal, instituída pela Lei nº 1.411/51 e alterações promovidas pelo Decreto nº 31.794/52 e pelas Leis nº 6.021/74 e 6.537/78.

Apesar dos desafios impostos pela pandemia mundial do novo Coronavírus, diante da missão institucional de assegurar o exercício ético e legal da profissão do economista, os principais objetivos do Corecon/BA para o exercício de 2020 foram a intensificação da aproximação com os profissionais economistas, com as instituições de ensino de Economia, entidades públicas e privadas, bem como com a sociedade em geral, promovendo debates sobre a economia do estado da Bahia e do Brasil.

Concomitante ao exposto, também tentamos aprimorar os meios de fiscalização e promoção de seminários on-line com debates de temas variados e de interesse da categoria do economista e da sociedade, buscando o fortalecimento de ações para o melhor exercício profissional.

Diante da crise econômica e fiscal pela qual passa o sistema Cofecon/Corecon's, foi adotada uma política cuidadosa de contenção de despesas, o que proporcionou uma otimização dos recursos da entidade, com previsão de melhores resultados para os próximos exercícios. Por fim, apesar dos efeitos e impactos deixados pela pandemia da Covid-19, há um potencial de crescimento que deve ser perseguido pelo Corecon/BA, estimulando cada vez mais o profissional economista e a sua ampla atuação para o progresso e desenvolvimento do estado da Bahia

Marcelo José dos Santos
Presidente

Alguns números significativos

GASTOS	2019	2020	VARIAÇÃO %
Telefonia	7.192	5.622	-21,83
Correios	23.548	41.439	75,98
Diárias de Funcionários	5.200	0	-
Diárias de Conselheiros	5.800	1.600	-72,41
Diárias de Convidado Palestrante	0	0	-
Material de Expediente	2.073	3.752	80,99
Serviços de Terceiros	403.513	344.876	-14,53
Passagens aéreas	27.578	0	-

INADIMPLÊNCIA	2019	2020	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	3413	3453	1,17
Pessoa Jurídica	167	177	5,99

INADIMPLÊNCIA	2019	2020	VARIAÇÃO %
Total	3580	3630	1,40

CANCELAMENTOS DE REGISTRO	2019	2020	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	95	30	- 68,42
Pessoa Jurídica	4	0	- 100

PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE REGISTRO	2019	2020	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	20	11	- 45

MOVIMENTO DE NOVOS REGISTROS 2020			
	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	TOTAL
	14	0	14

2.0 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. Identificação da unidade prestadora de contas

Denominação Completa: Conselho Regional de Economia – 5ª Região/BA

Denominação Abreviada: CORECON/BA

Natureza Jurídica: Autarquia Federal CNPJ: 42 186866/0001-89

Principal Atividade: Fiscalização Profissional Código CNAE: 9412-0/01

Telefones/Fax Contato: (71) 3341-1597

Endereço Eletrônico: superintendencia@corecon-ba.org.br

Página na Internet: www.corecon-ba.org.br

Endereço Postal: Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade Center, Sls. 505/510 – Caminho das Árvores. CEP: 40.820-774. Salvador/BA.

Missão

Registrar, regulamentar, fiscalizar, disciplinar e orientar o exercício profissional dos Economistas que atuam na Bahia, zelando pela ética e pelo cumprimento da legislação que se refere à regulamentação da profissão.

Visão

Ser reconhecido entre os principais órgãos representativos da categoria na Bahia, contribuindo para o fortalecimento da profissão e do desenvolvimento econômico do Estado.

2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951 - Dispõe sobre a Profissão de Economista.

Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952 - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13.08.1951, e dá outras providências.

Lei n.º 6.021, de 03 de janeiro de 1974 - Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando-as a percentual do maior salário-mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.

Lei n.º 6.206, de 07 de maio de 1975 - Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.

Lei n.º 6.537, de 19 de junho de 1978 - Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.

Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 - Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

Lei n.º 12.514, de 28 de outubro de 2011 - Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

2.3 Breve histórico da entidade

O Corecon/BA participa de um sistema integrado por mais 25 Conselhos Regionais, ligados ao Conselho Federal de Economia - Cofecon, criados nos termos do artigo 6º da Lei nº 1.411/51, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 6.021/74. A autarquia federal, sem fins lucrativos, é responsável por registrar, regulamentar, fiscalizar, disciplinar e orientar o exercício profissional dos Economistas que atuam na Bahia, zelando pela ética e pelo cumprimento da legislação que se refere à regulamentação da profissão. Além disso, o Corecon/BA é o principal órgão representativo da categoria no Estado da Bahia.

2.4 Estrutura organizacional

a) Plenário: Órgão superior de decisão colegiada

b) Comissões: Órgãos colegiados específicos

c) Presidência: Órgão principal de decisão singular, ao qual estão subordinados:

Superintendência: Órgão de execução de atividades meio e apoio às atividades fins.

Assessorias: Órgãos de assessoramento direto ao Presidente.

Setor de Administração – SEADM

Setor de Fiscalização – SEFIS

Núcleo de Aperfeiçoamento do Economista – NAE: Órgão de apoio às ações de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos Economistas.

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

Presidente:

Economista Marcelo José dos Santos

Vice-presidente:

Economista Gustavo Casseb Pessoti

Conselheiros Efetivos: Economistas Reinaldo Dantas Sampaio, Carlos Rodolfo Lujan Franco, Marcus Emerson Verhine, Luiz Raimundo Barreiros Gavazza, Marcelo José dos Santos, Gustavo Casseb Pessoti, Luiz José Pimenta, Oswaldo Ferreira Guerra e Fernando Baptistella Fernandes.

Conselheiros Suplentes: Economistas Maria Lúcia Cunha de Carvalho, Jorge Antonio Santos Silva, Ana Cristina Cerqueira, Lívio Andrade Wanderley, Maria de Fátima Silveira Ferreira e Alex Gama Queiroz dos Santos.

Servidores:

Bruno Pires Sacramento – Economista Superintendente

Rosana Lemos Luciano – Economista Fiscal

Lucimar da Silva Ayres de Almeida – Secretária

Selma de Almeida Carvalho – Setor de Registro

Tânia Mara Teixeira Rodrigues – Setor Financeiro

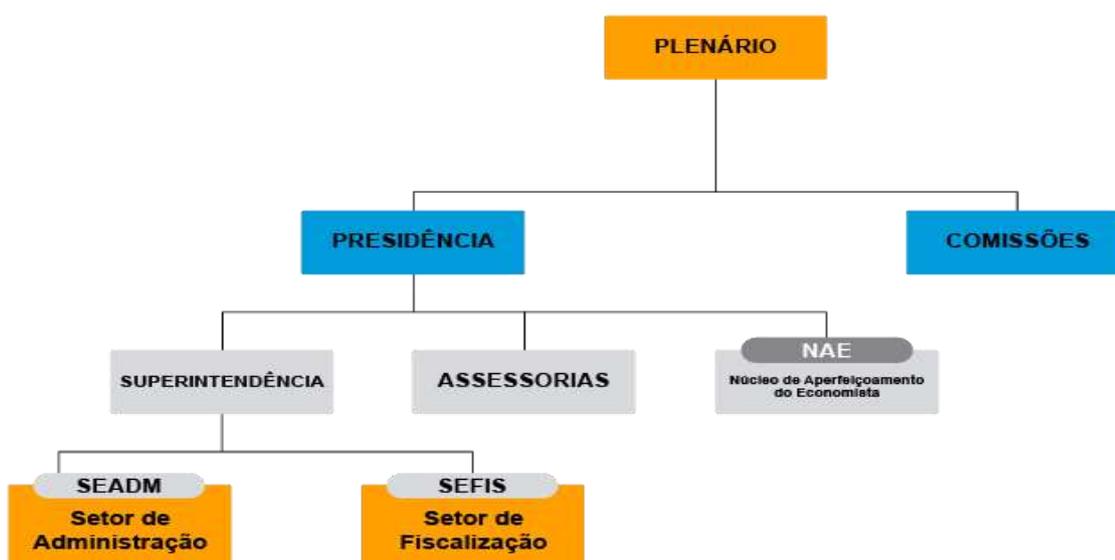
José Wilson Silva Santos – Mensageiro

Assessorias:

Assessor Contábil – Pedro Gomes da Silva

Assessora Jurídica – Sabrina Moreira Batista

Assessora de Comunicação – Lívia Cavalcante S. Santos

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
 Conselho Regional de Economia da Bahia




Marcelo José dos Santos
Presidente



Gustavo Casseb Pessoti
Vice-presidente

Marcelo José dos Santos – Economista graduado pela Universidade Estadual de Santa Cruz, instituição, onde atuou como Professor Assistente. Foi presidente do Corecon/BA nos anos 2012, 2013 e 2020, e vice-presidente, nos anos 2015 e 2017.

Gustavo Casseb Pessoti – Economista, graduado pela UFBA, Mestre em Análise Regional pelo Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (PPDRU-Unifacs). Foi diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) entre 2009 e 2020. É funcionário público concursado pela carreira de especialista em Gestão Governamental e Políticas Públicas - EPPGG Estadual. Atualmente, exerce a função de coordenador de Avaliação Institucional da UESB. Foi eleito Presidente do Corecon/BA nos anos 2014 e 2015 e novamente em 2017. Em 2020, ocupou o cargo de vice-presidente.

São atribuições do Presidente:

- I. Cumprir e fazer cumprir a Lei, os Regulamentos, o Regimento Interno, as Resoluções e Deliberações do Cofecon e do Corecon/BA;
- II. Administrar e representar legalmente o Corecon/BA; dar posse aos delegados regionais e fiscais e, perante o Plenário, aos Conselheiros Efetivos e Suplentes; constituir comissões e grupos de trabalho "*ad referendum*" do Plenário;
- III. Admitir, promover, licenciar, remover e demitir funcionários, bem como firmar contratos de trabalho, tudo segundo diretrizes contidas na legislação em vigor;
- IV. Encaminhar ao Cofecon, no prazo legal, prestação de contas, devidamente instruídas; autorizar o recebimento das importâncias a qualquer título destinadas ao Corecon, a movimentação de contas bancárias, assinar cheque e passar recibos juntamente com o Superintendente e/ou com o responsável pela Seção Financeira e autorizar o pagamento das despesas;
- V. Submeter ao Plenário a proposta orçamentária, remetendo-a, após a aprovação, ao Conselho Federal de Economia para homologação;
- VI. Apresentar ao Plenário o relatório anual das atividades e a prestação de contas; dar ciência ao Plenário das instruções, resoluções e deliberações do Conselho Federal de Economia; presidir o Tribunal Regional de Ética previsto no Regimento Interno;
- VII. Elaborar relatório sucinto, na data do término do mandato, a ser entregue ao novo Presidente, no ato de posse efetiva e com cópia aos demais Conselheiros, informando, com base em documentação autenticada pelos servidores responsáveis pela Superintendência, pela Contabilidade e pela Seção Financeira, os seguintes pontos:
 - 1 - posição dos saldos bancários em 31 de dezembro do ano anterior;
 - 2 - relação de cheques emitidos e ainda não debitados pelo Banco;
 - 3 - relação de débitos vencidos até 31 de dezembro do ano anterior e não pagos, incluindo, se for o caso, folhas de salários e encargos sociais;
 - 4 - relação de compromissos assumidos junto a terceiros, inclusive por serviços e fornecimentos já feitos, ainda que não vencidos;
 - 5 - relação de compromissos assumidos junto a terceiros, por serviços ou fornecimentos futuros, de caráter eventual.

Ao vice-presidente cabe substituir o presidente nos seus impedimentos, faltas ou vacância, sendo que no caso de vacância daquele, será realizada eleição para a escolha de novo vice-presidente.

2.5 Ambiente Externo

O cenário de crise econômica dos últimos anos trouxe reflexos no índice de inadimplência dos economistas registrados neste Conselho, fato ainda mais potencializado pela pandemia mundial do novo Coronavírus, o que ocasionou em uma enorme perda dos postos de trabalho, impactando sobremaneira nos empregos dos economistas, acarretando em um leve aumento nos índices de inadimplências da ordem de 1,4%. Apesar do cenário, em números gerais, quanto ao número de pedidos de cancelamento houve um decréscimo de 68,42%, bem como um decréscimo nos pedidos de suspensão de registros de 100%.

Para fazer frente a esta realidade, adotou-se como prioridade da gestão, medidas austeras de contenção de despesas, sendo adotadas algumas iniciativas e outras ampliadas, tais como: redução de benefícios dos servidores, desligamento de servidor, redução de gastos com serviços de telefonia, material de expediente, serviços de terceiros, diárias para Conselheiros e não majoração da folha de pagamento e de prestadores de serviços; eliminação de apoio financeiro em eventos, bem como de representação; publicação do Livro Reflexões de Economistas Baianos através de meio digital; apresentação de todos os eventos através de plataforma digital.

2.6 Modelo de Negócios

Por ser uma Autarquia de Fiscalização Profissional, órgão da Administração Indireta, considerada uma Autarquia *sui generis*, a entidade não recebe verbas ou subsídios governamentais de nenhuma natureza. Assim, tem seu modelo de negócios, baseado unicamente na fiscalização do exercício profissional e no que arrecada com anuidades, taxas e emolumentos cobrados pela entrega de serviços.

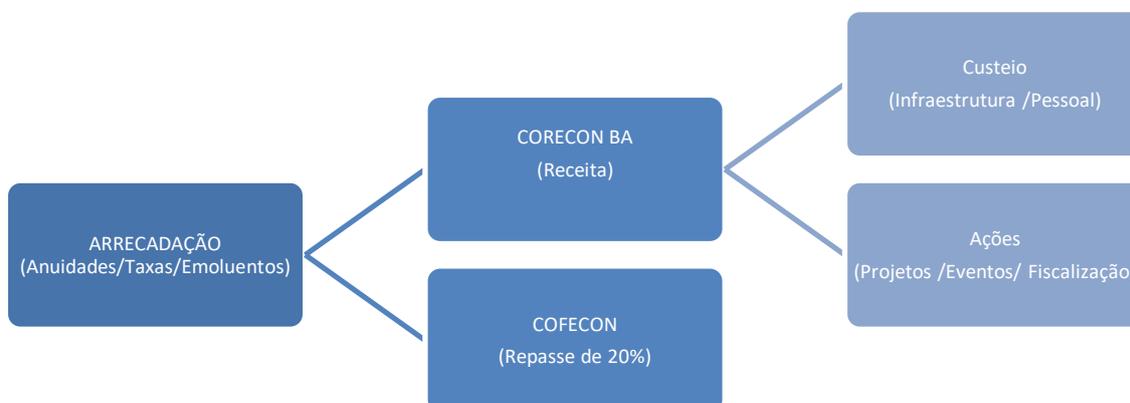
Do total da sua arrecadação, 20% (vinte por cento) são repassados automaticamente ao Conselho Federal de Economia na forma de cota-parte, e o restante é revertido para a manutenção da entidade e prestação de serviços, tanto para a categoria profissional dos Economistas e a classe estudantil, quanto para a sociedade através do próprio exercício da fiscalização profissional e da promoção de debates, capacitações, eventos

comemorativos, apoios e patrocínios institucionais, representação em eventos do Sistema e em outros relacionados à Economia em nível regional e nacional.

O modelo e as ações acima são fortemente impactados por variáveis externas, como por exemplo os cenários econômicos, especialmente o atual deteriorado pela pandemia mundial da Covid-19, que causou desocupação na categoria dos contribuintes, acarretando, por consequência, em uma menor arrecadação mesmo com a utilização intensiva das ferramentas de cobrança. Tais impactos podem limitar ou até inviabilizar a execução e ampliação de ações que tragam benefícios aos agentes envolvidos.

Não se aplica à entidade composição acionária de capital social, nem participação em outras sociedades.

2.8 Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos



3.0 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1 Planejamento estratégico

As iniciativas sistematizadas no Planejamento Estratégico do Corecon-BA tem como premissa assegurar a continuidade de ações voltadas à valorização da profissão, à fiscalização da atuação profissional, o fortalecimento da imagem institucional e a otimização da gestão Administrativa e Financeira da autarquia.

Objetivo Geral

Estreitar as relações entre a instituição, o economista e a sociedade, buscando uma constante interação com o profissional no sentido de melhor atendê-lo enquanto profissional registrado e conseqüentemente sensibilizá-lo quanto às demandas da entidade através, principalmente, da comunicação institucional.

3.2 Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos:

Parcerias Institucionais – ampliar e manter o número de parceiros institucionais, tais como Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, Agência de Fomento do Estado da Bahia – DESENBAHIA, Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Salvador – UNIFACS, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, e operadores de planos de saúde como UNIMED e QUALICORP, com a finalidade de buscar atender as participações em eventos planejados para o exercício.

Interiorização

- Participação em eventos de Economia promovidos por iniciativa das Faculdades de Economia como Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), localizadas em regiões estratégicas do interior baiano, de amplo interesse para o Corecon.

Divulgação das ações e fortalecimento da imagem institucional do Conselho:

- Atualização do *site* do Corecon, inserindo maior número de informações e ferramentas possíveis, visando expandir o acesso dos interessados e o estreitamento da relação entre o Conselho, os economistas baianos e a sociedade;
- Ampliação e intensificação do uso de redes sociais;
- Ampliação, sempre que possível e oportuno, de inserções na mídia local;
- Manutenção e aprimoramento do Boletim Informativo.

Seminários/cursos/palestras

- Promoção entre a categoria dos economistas, estudantes e sociedade em geral, de seminários, cursos e eventos voltados para a discussão de temas inerentes à economia, regional e nacional, através do Plenário da entidade e convidados.

Acompanhamento da agenda estadual e nacional de eventos

- Acompanhar a agenda do Conselho Federal de Economia e de outros órgãos, bem como das entidades baianas relacionadas à economia, além das Faculdades de Economia do Estado da Bahia;
- Acompanhamento da agenda de eventos em nível nacional, enviando economistas representantes da entidade, na medida do seu interesse e da disponibilidade de recursos financeiros.

3.3 Descrição das estruturas de governança

Haja vista a Governança no setor público compreender principalmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar a atuação da gestão, o Corecon/BA faz uso de reuniões que possibilitam discutir, direcionar e monitorar a atuação das gestões, buscando o melhor funcionamento e atendimento na prestação de serviços de interesse da categoria profissional que representa e, conseqüentemente para a sociedade, na medida dos recursos disponíveis.

Sessões Plenárias Ordinárias com periodicidade mensal e eventuais reuniões extraordinárias, atreladas a outras reuniões na medida da necessidade, servem como base de avaliação da gestão, indicando mudanças e redirecionamento quando necessários.

Plenário	Instância superior de decisão colegiada
CTC – Comissão de Tomada de Contas	Responsável pela apreciação e deliberação sobre as contas da entidade
CPL – Comissão Permanente de Licitações	Responsável por analisar as melhores propostas para contratações e aquisições da entidade
Presidência	Órgão principal de decisão singular
Superintendência	Órgão de execução de atividades meio e de apoio às atividades fins
Assessoria Jurídica	Responsável pelas demandas jurídicas da entidade
Assessoria Contábil	Responsável pela parte de escrituração contábil e elaboração das prestações de contas da entidade

Assessoria de Comunicação	Responsável pelo relacionamento da entidade com o público alvo e divulgação das ações
Setor de Fiscalização	Responsável pela fiscalização do exercício profissão
Setor de Registro	Responsável pelos processos de registros de profissionais da entidade
Setor Financeiro	Responsável pelos processos de pagamento da entidade

A gestão e controle são avaliadas e monitoradas através de reuniões sistemáticas, onde são discutidos sobre os feitos, o que está em curso e seus respectivos resultados, bem como as ações futuras sujeitas ou não a modificações no decorrer do tempo.

Os retornos encaminhados pelo público alvo servem internamente para aprimorar a gestão e o realinhamento de ações, especialmente no tocante aos serviços prestados à categoria dos economistas e à sociedade.

Os serviços prestados pela entidade são específicos por natureza. Diante disso, não alcançam a todos, porém, através da fiscalização do exercício profissional, o Conselho busca ampliar e melhorar os resultados, levando benefícios para a sociedade, garantindo que os profissionais sejam registrados, regulares e aptos ao exercício profissional legal.

Tendo em vista a especificidade mencionada, os serviços prestados ao público alvo são facilmente acessíveis, haja vista a solicitação de informações via telefone, por e-mail, serviços pela internet e atendimento presencial. Cabe ressaltar que com a pandemia do Novo Coronavírus essa prestação de serviços foi modificada, com a implantação dos serviços em *Home Office*. A necessária adaptação ao novo modelo de trabalho imposto pelos órgãos de controle sanitário comprometeu algumas iniciativas que requerem interações presenciais.

3.4 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Quanto aos canais de comunicação para com seu público alvo e demais partes interessadas, a entidade disponibiliza diversas ferramentas como site, e-mail institucional, redes sociais, boletim informativo e prestações de contas das ações da gestão através de relatórios de gestão. Ainda não foi instituído o canal de ouvidoria, porém, as demandas que chegam à entidade são tratadas, de forma a dar as respostas necessárias e com a agilidade possível junto às partes demandantes.

Principais ações da Comunicação em 2020

- Organizou, coordenou e executou todos os eventos virtuais promovidos pelo Corecon/BA em 2020;
- Ativou a página do Corecon Bahia no LinkedIn – plataforma virtual mais voltada ao mercado de trabalho e conexões profissionais;
- Ativou o canal do Corecon Bahia no YouTube com transmissões ao vivo que alcançaram 2,7 mil visualizações em 2020 (+ 217 inscritos);
- Ampliou a audiência orgânica do Instagram do Corecon-BA (+ 400 seguidores espontâneos);
- Criou uma conta do Corecon/BA no WhatsApp Business, principal canal de comunicação direta e instantânea do economista com o conselho, durante a pandemia.
- Gerenciou conteúdo da página no Facebook, com notícias e informações de interesse da categoria;
- Intermediou entrevistas de Economistas registrados e conselheiros para a imprensa local (jornais, rádios, TVs, etc);

- Elaborou peças de comunicação (design gráfico) para divulgação de avisos, eventos e campanhas do Corecon (+ de 50 peças produzidas);
- Participou de reuniões do Núcleo de Perícias Econômico-Financeira da Bahia, criou ofícios e campanha para as mídias sociais sobre as atribuições do Economista-Perito;
- Durante o ano, atualizou o site, elaborou e enviou boletins e informes online, com notícias institucionais de interesse da categoria;

Algumas campanhas realizadas pela Comunicação



Campanha para o Núcleo de Perícia Econômico-Financeira da Bahia

PAPEL DO ECONOMISTA EM PERÍCIA JUDICIAL

O Economista com atuação no campo da Perícia Judicial e Extrajudicial desenvolve atividades estratégicas e relevantes para contribuir na resolução de conflitos. Ele investiga, examina e analisa situações econômico-financeiras diversas como, avaliação de empresas, lucros cessantes, evolução de dívidas, entre outras questões que afetam pessoas físicas ou jurídicas.

Conte com um Economista-Perito para soluções em conflitos!



CONTE COM UM ECONOMISTA-PERITO PARA SOLUÇÕES EM CONFLITOS:

◀◀◀ **JUDICIAIS**



CONTE COM UM ECONOMISTA-PERITO PARA SOLUÇÕES EM CONFLITOS:

◀◀◀ **EXTRAJUDICIAIS**



CONTE COM UM ECONOMISTA-PERITO PARA SOLUÇÕES EM CONFLITOS:

◀◀◀ **ADMINISTRATIVOS**



CONTE COM UM ECONOMISTA-PERITO PARA SOLUÇÕES EM:

◀◀◀ **MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM**



Demonstração e contextualização dos Resultados

- a) Ao final do exercício, a entidade encaminha ao Conselho Federal de Economia um Relatório de Gestão, acompanhado pela prestação de contas.
- b) A representatividade dos resultados alcançados em meio a pandemia foram condizentes com as demandas e com o potencial da entidade, naquele momento, devendo ser melhorados nos exercícios seguintes.
- c) Algumas ações propostas foram tempestivas e de acordo com o atual momento da entidade e do cenário de pandemia.
- d) Tendo em vista as consequências impostas pela pandemia do Novo Coronavírus, algumas ações planejadas foram inviabilizadas, como a realização do Prêmio de Monografias Jairo Simões e a da Gincana de Economia Baiana, ações estratégicas realizadas anualmente pelo Conselho.
- e) O empenho e dedicação dos gestores, atrelados ao comprometimento dos servidores e colaboradores da instituição foram fatores indispensáveis para a execução das atividades.

4.0 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A crise que assola o país e o momento de incertezas do cenário econômico atual, potencializado pelos efeitos da pandemia mundial do Novo Coronavírus, trouxe, principalmente nos últimos anos, relativas dificuldades aos Conselhos de Fiscalização Profissional, haja vista que suas atividades dependem de recursos oriundos de uma específica categoria profissional que, por sua vez, também é fortemente impactada pelos reflexos da crise.

Observou-se principalmente nos últimos cinco anos uma diminuição na base de contribuintes dentro de todo o sistema, com causas que variam desde aposentadorias, não exercício da profissão e desemprego.

Inicialmente, essa dificuldade se apresenta através do não pagamento das contribuições e, posteriormente, quando são utilizados os mecanismos de cobrança por parte do Conselho, a situação se agrava, através do crescimento de pedidos de cancelamentos e/ou de suspensão de registros.

Os movimentos mencionados acima trazem por consequência, uma diminuição na base de contribuintes e na arrecadação da entidade, ocasionando uma estagnação ou redução em sua receita, já que alguns deixam de contribuir com o pagamento de anuidades por impossibilidade e outros por força de Lei. As anuidades são a única fonte de arrecadação dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Apesar de serem Autarquias, de estarem subordinados às Leis que regem a Administração Pública e ainda de não receberem subsídios e/ou transferências governamentais, estes órgãos precisam executar um plano de ação para fazer frente às demandas dos seus principais públicos, quais sejam, os profissionais registrados, a classe estudantil e a própria sociedade. Tal demanda tem se mostrado mais difícil de atender, em função da diminuição de suas receitas.

Diante da necessidade de fazer frente a todas as demandas impostas pelos agentes que se relacionam com a entidade, alguns Conselhos de Fiscalização Profissional ainda lidam com outros problemas estruturais relacionados às Legislações que regem as Profissões Regulamentadas e, neste contexto, os Conselhos de Economia são bastante afetados.

A Lei 1.411/51, que regulamenta a profissão do Economista, e o Decreto 31.794/52, que regulamenta o exercício da profissão do Economista, demonstram-se insuficientes para garantir a atuação profissional e a reserva de mercado desta categoria. Apresentam-se frágeis e obsoletos a ponto de alguns campos de atuação profissional do economista serem constantemente apropriados por profissionais de outras áreas, sem que haja amparo legal para uma ação fiscalizatória mais efetiva.

Nos últimos anos, novas profissões foram regulamentadas e outras perceberam a necessidade de adequações das suas Legislações. Neste aspecto, muitas profissões avançaram, porém a Legislação que rege os assuntos relacionados à profissão do Economista, incluindo o seu campo de atuação privativo não evoluiu na mesma dinâmica das legislações de outras profissões.

Neste contexto, o Corecon/BA está inserido e lida com as dificuldades, às vezes em menor ou em maior grau em relação a outros Conselhos de Economia. Saliente-se que mesmo com os reajustes estabelecidos nos valores de suas anuidades, baseados no INPC, nos últimos dois anos, tendo em vista a crise econômica, o Conselho optou por não praticar reajuste de suas anuidades, embora precise manter suas despesas de custeio.

Apesar de ter sido afetado, o Corecon/BA tem tomado medidas de controle ainda mais rígidas, no sentido de não prejudicar a execução de um plano de ação, impactando da menor forma possível o retorno para o público alvo.

Como forma de causar menos impacto aos demandantes que se relacionam com a entidade, o Corecon/BA continua apoiando e participando, porém de forma bem menos robusta, principalmente de eventos que demandem patrocínios, diminuído significativamente gastos com passagens e diárias de viagens, além de melhor aproveitamento de parcerias institucionais para execução de palestras de temas relevantes voltados à categoria profissional dos economistas. No exercício de 2020, as ações foram promovidas através de plataformas virtuais.

A entidade continua se utilizando de patrocínios para algumas das suas ações e suas contas são monitoradas com intervalos menores, pelo Plenário da casa. Além das costumeiras prestações de contas trimestrais pelas quais passa a entidade internamente, através da sua CTC e, externamente, pela CTC do Cofecon.

Apesar das dificuldades enfrentadas devido ao cenário de crise dos últimos anos, o Corecon/BA não se desincumbiu de promover debates de excelência sobre temas relevantes, bem como do cumprimento do seu papel institucional.

É importante destacar que as despesas da entidade foram reduzidas, como resultante das ações de cortes de gastos, em 15,47%, em relação ao exercício de 2019. Frise-se aqui o quadro funcional ainda mais reduzido, com o desligamento de uma servidora. Tais cuidados têm permitido ao Conselho cumprir com todas as suas obrigações, se mantendo com bom índice de liquidez e solvência, demonstrando comprometimento das gestões para com a entidade.

A programação de ações de cobrança de crédito tributário da assessoria jurídica foi se adaptando ao cenário de pandemia que se instaurou e se prolongou ao longo do ano de 2020. Desta forma, como medida para redução da inadimplência, até março de 2020 foram encaminhados 98 títulos para cobrança em cartório de protesto, o que foi suspenso a partir de abril. Após esta data as ações foram intensificadas por comunicados via email, ligações telefônicas e mensagem direta via disparador, em especial para reforçar os incentivos criados com o programa de refinanciamento de débitos do Conselho Federal. A partir de outubro de 2020 foram retomados os protestos, tendo sido encaminhados até dezembro de 2020, 97 CDA's para apontamento.

Cabe salientar que o Corecon/BA promove sistematicamente ações de cobrança, com pelo menos duas recobranças anuais, porém, tendo em vista o cenário de pandemia apontado acima as cobranças do exercício restaram prejudicadas, sem, no entanto, incorrer na perda de prazos. Através de convênio instituído pelo Cofecon, o Conselho também se utiliza da base da RAIZ no seu processo de fiscalização.

5.0 RESULTADOS DA GESTÃO

Tendo em vista o maior objetivo estratégico da entidade, de valorizar sempre a profissão do economista, mesmo frente às limitações de recursos e demais dificuldades enfrentadas ao longo do exercício, potencializadas pelos efeitos da pandemia da Covid-19, o Corecon/BA obteve bons resultados, pois conseguiu manter algumas ações já consolidadas, ampliando outras, como a realização de eventos através de lives e a potencialização do uso de redes sociais.

A gestão priorizou fortalecer a relação com a categoria profissional promovendo e apoiando eventos voltados para a discussão de temas relevantes do cenário econômico regional e nacional, como também estreitar as relações com os cursos de Economia espalhados pelo Estado.

Do Plano de Trabalho, foram executadas satisfatoriamente iniciativas como o Corecon Debate, programa promovido pela entidade para debater temas relevantes de economia com profissionais de reconhecido respaldo; a promoção da Semana do Economista, com vasta programação, incluindo as comemorações do Dia do Economista; estreitamento das relações institucionais com os cursos de Economia do Estado e outros parceiros.

Cabe ressaltar que o empenho dos dirigentes juntamente com o apoio do Plenário da entidade, dos servidores e demais colaboradores, foram fatores preponderantes para o êxito das ações, demonstrando comprometimento de todos com a evolução do Corecon/BA.

Diante do cenário econômico turbulento pelo qual passa o país, especialmente no tocante aos efeitos danosos causados pela pandemia da Covid-19, agravando o quadro de incertezas futuras, o grande desafio da entidade para as próximas gestões é se preparar ainda mais para os possíveis impactos decorrentes e de outras adversidades que possam surgir, buscando mecanismos cada vez mais eficientes de enfrentamento, caso a situação seja mantida a médio e longo prazo.

Relativo às perspectivas para os próximos exercícios, a entidade pretende manter os programas que já fazem parte das suas atividades permanentes, intensificando e ampliando os canais de comunicação com seu público alvo, buscando novos parceiros institucionais que tragam benefícios para a entidade e para os profissionais registrados,

levando para a sociedade a discussão de temas relevantes da economia, ampliando sua fiscalização e investindo em novos e mais eficientes mecanismos que possibilitem o aumento da arrecadação.

O modelo de gestão de riscos, tendo em vista o tamanho da entidade, é constituído por reuniões plenárias ordinárias mensais, de reuniões extraordinárias quando a situação requer, além de reuniões informais onde deliberações são tomadas e ajustes são propostos na medida em que se identifica necessário.

Quanto às contas da entidade, como já mencionado, são monitoradas permanentemente através de apresentação de material elaborado pela assessoria contábil, apresentado à Comissão de Tomada de Contas – CTC e submetido ao Plenário da entidade, além da prestação de contas trimestral apresentada ao Plenário do Conselho Federal.

5.1 AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS

Lançou a edição virtual do programa **Corecon/BA Debate em Live**, abordando as seguintes temáticas:

- **“Cenários econômico pré e pós Coronavírus”**: Nesta série de três vídeos, o economista e vice-presidente do Corecon/BA, Gustavo Pessoti, fez uma análise sobre o cenário da economia pré-coronavírus e uma reflexão sobre os possíveis impactos pós-pandemia.
- **"Ambiente Econômico e o Mercado Financeiro pós Covid-19"**: Debate ao vivo, transmitido pelo Instagram do Corecon/BA, realizado em junho, com a participação dos economistas Lucas Spínola e Nathan Meirelles, com a mediação de Gustavo Pessoti.
- **“O PIB da Bahia em tempos de pandemia”**: análise atual e perspectivas”. Realizado em setembro, contou com a participação do Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI/SEPLAN-BA, João Paulo Caetano Santos, como palestrante, do vice-presidente do Corecon/BA, Gustavo Pessoti
- **“Impactos do Auxílio Emergencial na Economia Baiana”**: Realizado em setembro, contou com a palestra do economista e coordenador de Estatística da

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Urandi Roberto P. Freitas, dos economistas Reinaldo Dantas Sampaio, conselheiro do Corecon/BA, e Andrea Braz, professora da Economia/UESB, como debatedores. A mediação foi conduzida pelo vice-presidente do Corecon/BA, Gustavo Pessoti.

Publicou **carta aberta com o título: “Propostas para enfrentamento da pandemia no âmbito da economia.”** O documento analisou as principais proposições que estavam em pauta em âmbito federal, estadual e municipal, destacando sua relevância para a sociedade em geral e população mais afetada.

Promoveu a **Semana do Economista 2020, com o tema central “Desafios da Economia Pós Covid-19: Novas Tendências e Questões Disruptivas”**. O evento foi realizado de 10 a 14 de agosto, com transmissão de cinco painéis, ao vivo pelo YouTube, que contaram com a participação ativa dos Conselheiros e de especialistas convidados. Além disso, concedeu homenagem aos economistas José Sérgio Gabrielli e Itamar Jezler Campello (*in memoriam*), com a Comenda Economista de Destaque.

Painel: Transformações econômicas recentes e perspectivas para o mercado de trabalho

Palestrante: Pedro Afonso Gomes – presidente do Sindecon/SP, vice-presidente do Corecon/SP, diretor Executivo da Câmara de Arbitragem, Mediação, Avaliação e Perícia Econômico-Financeira.

Mediador: Paulo Dantas – Conselheiro Federal, ex-presidente do Cofecon e do Corecon/BA

Debatedores: Laumar Neves – Economista, profº da UNIFACS

Ana Cristina Cerqueira – Conselheira do Corecon/BA, assessora Técnica da SEPLAN-BA.

Painel: Mudanças na matriz produtiva do Brasil pós-Covid: Tendências estruturais e novas perspectivas

Palestrante: Eduardo Pereira Nunes – Economista, ex-presidente do IBGE.

Mediador: Jorge Antonio Silva – Conselheiro do Corecon/BA e profº da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Debatedores: Gervásio Santos – Economista, prof^o da Faculdade de Economia da UFBA
Vitor Lopes – Economista, gerente do Sebrae/BA.

Painel: O Plano de Recuperação Econômica da Bahia pós Covid-19

Palestrante: Walter Pinheiro – Secretário de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN-BA)

Mediador: Gustavo Casseb Pessoti – Vice-presidente do Corecon/BA e diretor de Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Debatedores: Roberto Paulo Lopes – Prof^o de Economia da UESB e ex-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)

Reinaldo Sampaio – Conselheiro do Corecon/BA e presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS)

Painel: Novas tendências para o setor industrial da Bahia e perspectivas de investimentos

Palestrante: Vladson Menezes – Economista e superintendente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e prof^o da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Mediador: Marcus Verhine – Conselheiro do Corecon-BA e gerente Executivo de Desenvolvimento Industrial da FIEB

Debatedores: Ana Elísia Merelles – Economista, prof^a do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Fernando Fernandes – Conselheiro do Corecon/BA e gerente de Negócios da BAHIAINVESTE

Painel: Reformas Estruturais e o novo papel do Estado pós-pandemia.

Palestrante: Antônio Corrêa de Lacerda – Economista, presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon)

Mediador: Marcelo José Santos – Economista, presidente do Corecon/BA

Debatedores: Rosembergue Valverde – Economista, prof^o da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Fátima Ferreira – Conselheira do Corecon/BA e diretora de Avaliação – SMA / SEPLAN BA

The image displays six promotional posters for the 'Semana do Economista 2020' event, organized by CORECON BA. Each poster details a panel discussion on various economic topics, including structural reforms, industrial trends, and the COVID-19 recovery plan. Each poster lists speakers, moderators, and debaters.

- Post 1 (14/08, Sexta-feira, às 19h):** Panel: Reformas Estruturais e o Novo Papel do Estado Pós-Pandemia. Speakers: Antônio Cordeiro de Lacerda, Marcelo Santos, Rosembergue Valverde, Fátima Ferreira.
- Post 2 (13/08, Quinta-feira, às 19h):** Panel: Novas Tendências para o Setor Industrial da Bahia e Perspectivas de Investimentos. Speakers: Gláucio Mendes, Rosembergue Valverde, Fátima Ferreira, Ana Costa.
- Post 3 (11/08, Terça-feira, às 19h):** Panel: Mudanças na Matriz Produtiva do Brasil Pós-COVID: Tendências Estruturais e Novas Perspectivas. Speakers: Eduardo Pereira Nunes, Jorge Antônio S. Silva, Rosembergue Santos, Witor Lopes.
- Post 4 (10/08, Segunda-feira, às 19h):** Panel: Transformações Econômicas Recentes e Perspectivas para o Mercado de Trabalho no Brasil. Speakers: Fábio Antonio Gomes, Paulo Martins, Laurimar Neves, Ana Cristina Coimbra.
- Post 5 (10 a 14 de Agosto de 2020, a partir das 19h):** Panel: Desafios da Economia Pós-COVID-19: Novas Tendências e Questões Disruptivas.
- Post 6 (12/08, Quarta-feira, às 19h):** Panel: O Plano de Recuperação Econômica da Bahia Pós-COVID-19. Speakers: Walter Praxedes, Gustavo Carlos Pessotti, Roberto Arnaldo Lopes, Rômulo Emílio.

Publicação do livro Reflexões de Economistas Baianos 2019 no site do Corecon/BA

5.2 PARCERIAS INSTITUCIONAIS

- Participou como apoiador do XVI Encontro de Economia Baiana, promovido pela SEI e UFBA;
- Participou como apoiador do IX Fórum Baiano de Economia Aplicada 2020, promovido pela SEI.
- Participou como apoiador e debatedor da *live* “Possibilidades da Concertação Social na Atual Conjuntura”, promovido pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia.
- Colaborou com a plataforma SEI Colab, com a ampla participação de conselheiros no painel econômico sobre “Evidências e Desafios da Covid-19”.
- Participou do programa de *lives* “Diálogos Fieb”, em debate com o tema: “Retomada do Setor Produtivo”, representado pelo vice-presidente Gustavo Pessoti.
- Participou de debate virtual promovido pela Associação dos Gestores Governamentais do Estado da Bahia (AGGEB), com o tema: “Economia Baiana e Gestão Pública em tempo de Pandemia”.
- Participou de uma série de *lives* promovidas pelo Sistema Cofecon/Corecons.



5.3 RELAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

- Manteve relações com os cursos de graduação em Economia das universidades e faculdades públicas e privadas do Estado, através da participação em eventos online, promovidos pelas instituições ao longo do ano;
- X Semana de Economia da UESC: Participação do presidente Marcelo Santos, na mesa de abertura do evento;
- Participação do presidente Marcelo Santos em aula magna sobre Ética na Economia, promovida pela UESC;
- Participação do vice-presidente Gustavo Pessoti no debate “Covid-19: Impactos econômicos e tendências para a Bahia”, promovido pelo programa “Conhecer Economia”, da UESC;
- Participação do vice-presidente Gustavo Pessoti na XIX Semana de Economia da UESB no debate "O mercado de Trabalho na Prática”;
- Participação do vice-presidente Gustavo Pessoti em debate online com o tema “Ambiente econômico e tendências pós Covid: uma análise para a economia baiana”, promovido pelo Núcleo de Estudos Conjunturais da UFBA.



5.4 BENEFÍCIOS DIRETOS PARA O PROFISSIONAL

- Parcerias com a Qualicorp e CACSS para a oferta de planos de saúde com preços diferenciados aos economistas adimplentes e seus dependentes.
- Distribuiu e disponibilizou gratuitamente exemplares de publicações institucionais do Conselho e de organizações parceiras.
- Manteve convênios com escolas de primeiro e segundo grau e com entidades que promovem cursos de pós-graduações e atualização, com desconto para economistas e seus dependentes.
- Divulgou cursos de pós-graduação para economistas.

6.0 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Com o propósito de se tornar mais eficiente no atendimento do seu objeto e para fazer frente às demandas do seu público alvo e da sociedade enquanto entidade de Fiscalização Profissional, a entidade tem um quadro funcional reduzido e consequentemente insuficiente para apresentar resultados por departamentos, uma vez que sua própria organização administrativa impossibilita. Ainda assim, o Corecon/BA tem se esforçado na busca de melhorias em sua gestão.

No campo da fiscalização, o Corecon/BA se utilizou da RAIZ, prestou atendimento nos processos de inscrições, suspensões e cancelamentos de registros, porém, tendo em vista a pandemia da Covid-19 e as adequações ao trabalho remoto, não foi possível uma atuação mais efetiva em ações que necessitem interação presencial. Ainda apoiou outros setores do Corecon na atualização de endereços de pessoas físicas através do convênio mantido pelo Cofecon com a Receita Federal.

No campo da gestão orçamentária e financeira, utilizando-se do plano de ação e do orçamento anual, aprovado por categoria econômica e elemento de despesa, a execução orçamentária comportou-se dentro das suas estimativas e previsões. O orçamento da entidade ainda não segue os padrões do orçamento-programa, ou seja, não estabelece as funções, subfunções, programas, subprogramas, atividades e projetos.

O Conselho não pratica renúncia de receita, não possui fundos de programas, nem gestão de precatórios. Desembolsou R\$ 9.428,69 (nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos) de indenizações no âmbito judicial e possui depósitos judiciais nos valores de R\$ 66.471,03 (sessenta seis mil, quatrocentos e setenta e hum reais e três centavos), aguardando o julgamento dos recursos judiciais impetrados pelo Corecon.

Pretende-se futuramente continuar a implementação das ações de cobrança de anuidades em atraso, seja amigavelmente ou judicialmente conforme previsto em legislação.

6.2 Gestão Orçamentária e Financeira

6.2.1 Aspectos Econômicos Gerais

A Receita Orçamentária arrecadada, conforme Balanço Orçamentário foi de R\$ 894.070,52 (oitocentos e noventa quatro mil, setenta reais e cinquenta dois centavos). A Despesa Orçamentária realizada foi de R\$1.083.031,28 (hum milhão, oitenta e três mil, trinta e hum reais e vinte oito centavos), resultando em um déficit orçamentário de R\$188.960,76 (cento e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta reais e setenta seis centavos), entretanto, o reflexo negativo da execução orçamentária, combinado com o resultado das variações ativas independentes da execução orçamentária, confrontando-as com as variações passivas, gerou um resultado econômico superavitário no exercício financeiro de R\$ 7.405,78 (sete mil quatrocentos e cinco reais e setenta oito centavos). A Execução Orçamentária possibilitou a realização do Programa de Trabalho elaborado para o exercício, através do qual o Regional honrou todos os seus compromissos financeiros e ainda evidenciou em 31 de dezembro um Ativo Circulante de R\$ 658.598,25 (Seiscentos e cinquenta oito mil, quinhentos e noventa oito reais e vinte cinco centavos), o qual, confrontado com o Passivo circulante do mesmo exercício de R\$ 25.487,11 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e onze centavos) evidencia um superávit financeiro de R\$ 633.111,14 (seiscentos e trinta e três mil, cento e onze reais e quatorze centavos), comprovando, assim, bons índices de liquidez e solvência. Convém salientar que essa liquidez, suficiente para cobrir o passivo financeiro, atende com sobra às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. O comportamento da Receita e Despesa está evidenciado nos anexos e demais peças contábeis. O resultado econômico do exercício expresso na Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia um superávit de R\$ 7.405,78 (sete mil, quatrocentos e cinco reais e setenta e oito centavos) demonstrando uma gestão cuidadosa que implicou no incremento do patrimônio líquido deste Regional.

No tocante ao orçamento anual, obtivemos os seguintes resultados:

RECEITAS ARRECADADAS E DESPESAS REALIZADAS EM 2020 E 2019				
RECEITA	2020	2020	2019	2019
	Previsão	Arrecadação	Previsão	Arrecadação
RECEITAS CORRENTES	1.195.000	894.070	1.695.000	1.135.899
Contribuições Sociais	655.000	539.389	750.000	650.512
Receita Patrimonial	180.000	115.318	200.000	82.119
Receitas de Serviços	20.000	36.532	25.000	16.755
Transferências Correntes	40.000	0,00	60.000	14.000
Outras Rec. Correntes	300.000	202.831	660.000	372.513
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens Móveis	5.000	0,00	5.000	0,00
TOTAL	1.200.000	894.070	1.700.000	1.135.899
DESPESA	2020	2020	2019	2019
	FIXADO	Realizado	FIXADO	Realizado

DESPESAS CORRENTES	1.192.000	1.083.031	1.650.000	1.281.191
Despesas de Custeio	1.017.000	909.028	1.350.000	1.080.110
Pessoal	615.000	560.400	620.000	596.948
Material de Consumo	6.000	3.752	25.000	8.282
Serviços de Terceiros e Encargos	394.000	344.876	700.000	461.831
Diversas Despesas de Custeio	2.000	0,00	5.000	13.049
Transferências Correntes.	175.000	174.003	300.000	201.081
DESPESAS DE CAPITAL	8.000	0	50.000	0
Investimentos	8.000	0	45.000	0
Inversões Financeiras	0	0	5.000	0
TOTAL	1.200.000	1.083.031	1.700.000	1.281.191

Em relação à Receita, a arrecadação não atingiu a previsão esperada para os dois anos em análise, em decorrência da frustração das principais fontes de Receita. Este comportamento fugiu do domínio da entidade, tendo em vista fatores externos e adversos relativos à conjuntura econômica desfavorável do período, especialmente os efeitos econômicos causados pela pandemia do Coronavírus.

Quanto à Despesa, constata-se que a redução, em relação ao exercício anterior, foi considerável, graças às ações de contenção das mesmas.

Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa:

DESPEZA REALIZADA

DESPESAS CORRENTES	2020	2019
	R\$ 1,00	R\$ 1,00
Pessoal	551.843	596.948

Ingresso de servidores mediante concurso público, sendo o último em 2009; ou contratação direta, esta última para admissão em cargo de livre nomeação e exoneração-cargo de confiança, nos termos das Resoluções que disciplinam o sistema.

Material de Consumo	3.752	8.282
----------------------------	-------	-------

Licitação dispensável com base no artigo 24 da Lei 8.666/93

Serviço de Terceiros e Encargos	344.876	461.831
--	---------	---------

Contratação de terceiros mediante procedimento licitatório modalidade carta-convite, em cumprimento ao que determina a Lei no. 8666/93, ou nos termos do artigo 25, II da Lei no. 8666/93.

Diversas Despesas de Custeio	0	13.049
-------------------------------------	---	--------

Licitação dispensável com base no artigo 24 da Lei 8.666/93

Transferências Intragovernamentais	174.003	197.178
---	---------	---------

Pagamento da cota-parte ao Conselho Federal de Economia

Contribuição ao PIS/PASEP

3.726	3.902
-------	-------

DESPESAS DE CAPITAL**Equipamentos e Materiais Permanentes**

0	0
---	---

Licitação dispensável com base no artigo 24 da Lei 8.666/93

TOTAL

1.083.031	1.281.191
-----------	-----------

6.3 Gestão de Pessoas

No tocante à gestão de pessoas, o quadro de servidores da Autarquia foi preenchido mediante concurso público, excetuando os cargos de livre provimento e exoneração e 4 (quatro) servidores que ingressaram entre as décadas de 80 e 90, sem a convocação mediante concurso público. A entidade também utilizou da força de trabalho de estagiários e o quadro funcional era assim composto:

ÁREA DE TRABALHO					
FINANCEIRO	FISCALIZAÇÃO	MENSAGEIRO	REGISTRO	SECRETÁRIA	SUPERINTENDENCIA
1	1	1	1	1	1

ETINIA					UNIDADE DE EXERCÍCIO
AMARELO	BRANCO	INDÍGENA	PARDO	PRETO	TOTAL DE SERVIDORES
0	1	0	3	2	6
SEDE DO CORECON/BA					

FAIXA ETÁRIA				GENERO	
40 ANOS A 50 ANOS	50 ANOS A 60 ANOS	60 ANOS A 70 ANOS	70 ANOS A 80 ANOS	FEMININO	MASCULINO
3	2	0	1	4	2

FAIXA SALARIAL EM R\$				SITUAÇÃO FUNCIONAL	DEFICIENCIA/ CARREIRA
1.000,00 A 2.500,00	2.500,00 A 4.000,00	4.000,00 A 6.500,00	6.500,00 A 10.000,00	ATIVA	NÃO SE APLICA
1	3	1	1	6	0

As despesas com pessoal nos últimos anos evoluiu da seguinte forma:

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL	2020	2019	VARIAÇÃO
	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%
	551.843	596.948	-7,56

Observa-se uma redução nos gastos com pessoal do exercício de 2020 em relação ao exercício de 2019, no percentual de 7,56%. Tal redução se deu pela adoção da jornada única de trabalho em turno estendido e a não aplicação de reajustes salariais no período, bem como a dispensa de uma funcionária.

Quanto à avaliação de desempenho e meritocracia dos servidores a entidade ainda não está estruturada a ponto de possuir mecanismos que lhe permita proceder a tal avaliação.

Também não se aplica à entidade, a possibilidade de participação dos dirigentes e servidores nos resultados, bem como, uma política de remuneração aos dirigentes e colegiado.

6.4 Gestão de Licitações e Contratos

No tocante às licitações e contratos, estão amparados pela Lei 8.666/93. Relativo à desoneração da folha de pagamentos, conforme disposto no Acórdão TCU 2.859/2013, nos seus itens 9.2 e 9.3 e item 9.3 do Acórdão 671/2018 a entidade não foi impactada, visto que não há contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos, pois, os únicos contratos com terceirização de serviços referem-se à contratação de serviços referentes à Assessorias Jurídica, Contábil e de Comunicação e de aluguel de computadores conforme quadro abaixo:

SERVIÇOS DE TERCEIROS	2019	2020	VARIAÇÃO %
Assessoria Jurídica	107.200	99.999	-6,72
Assessoria Contábil	30.551	31.083	1,74
Assessoria de Comunicação	30.551	31.083	1,74
Programa de Apontamento de Título para Protestos	6.300	0	-
Serviço de Disparador de E-mail	1.870	2.040	9,09
Serviço de Limpeza	3.930	1.130	-71,25

Ainda relativo aos prestadores de serviços encontram-se conforme regulamentação da Lei Federal 8.666/93, possuindo contratos regulares, que compõem o relatório de prestação de contas ao Conselho Federal, todos regularmente aprovados sem ressalvas.

No exercício de 2020, não houve contratações que possam ser associadas aos objetivos estratégicos da entidade.

As contratações realizadas no ano calendário de 2020 foram exclusivamente na modalidade de inexigibilidade e dispensa de licitação, tendo em vista seu caráter eventual e respeitando o que preceitua a Lei 8.666/93.

6.5 Gestão Patrimonial

Não houve investimentos de capital em infraestrutura, nem em equipamentos.

6.5.1 Desfazimento de ativos

Não houve desfazimento de ativos, no exercício de 2020.

6.5.2 Locação de imóveis e equipamentos

No exercício de 2020, a entidade manteve apenas a locação de 07 notebooks. Não houve locação de imóveis no período.

6.5.3 Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve para o exercício de 2020.

6.6 Gestão da Tecnologia da Informação

Haja vista a Governança no setor público compreender principalmente os mecanismos de liderança, estratégia e controles postos em prática para avaliar a atuação da gestão, no tocante à gestão da tecnologia da informação, a entidade não possui um modelo de governança estabelecido.

A gestão das informações administrativas, financeiras e contábeis é feita por meio de plataforma contratada e fornecida para todo o sistema Cofecon/Corecon's, através do Conselho Federal de Economia, cabendo à empresa desenvolvedora do *software* o completo suporte, bem como as adequações, correções e atualizações na medida em que se apresentem como necessárias.

Quanto ao campo de segurança da informação, o *software* utilizado possui mecanismos de segurança e proteção de dados, além dos equipamentos utilizados no Conselho Regional de Economia (servidor, computadores e impressoras) possuírem antivírus, a fim de minimizar os impactos causados por possíveis tentativas de invasão.

Como principais desafios e ações futuras, a entidade deverá ampliar a sua segurança no campo das informações e substituir os equipamentos atualmente utilizados por outros mais modernos, visando a melhoria do funcionamento e prestação de serviços ao público alvo.

6.7 Gestão de Custos

6.7.1. Por falta de previsão legal, o Corecon/BA não faz parte do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).

6.8 Sustentabilidade ambiental

Tendo em vista o porte da entidade e o pouco impacto que causa ao meio ambiente, não há critérios de sustentabilidade estabelecidos nas contratações e aquisições.

Mesmo assim, nas suas atividades administrativas internas, quando é possível, o Conselho reutiliza papel, recicla exaustivamente cartuchos e toner's, bem como solicita ao prestador de serviços de limpeza que utilize o mínimo possível de produtos químicos na limpeza da entidade.

Utiliza o essencial em sacos plásticos, funcionamento de aparelhos de ar-condicionado e utilização de luz natural em grande parte dos ambientes da entidade. Substituiu as lâmpadas comuns por lâmpadas de led e temporariamente faz manutenção preventiva em instalações elétricas e hidráulicas.

7.0 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Conselho Regional de Economia da 5ª Região

CNPJ: 21.104.188/0001-98

Rua Frederico Simões, n° 98, Sala 505 Edf. Advanced Trade Center - Caminho das Árvores

SALVADOR -BA

Telefone: (71)3341-1597

Balanco Orçamentário

Ano do Exercício: 2020

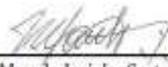
Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

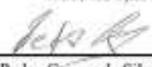
Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	1.195.000,00	1.195.000,00	894.070,78	300.929,22
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	655.000,00	655.000,00	539.388,86	115.611,14
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	200.000,00	200.000,00	36.531,84	163.468,16
6.2.1.3	FINANCEIRAS	153.400,00	153.400,00	115.318,67	38.081,33
6.2.1.4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	140.000,00	140.000,00	202.831,41	-62.831,41
6.2.1.5	TRANSFERENCIAS CORRENTES	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.600,00	6.600,00	0,00	6.600,00
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
6.2.2.2	ALIENAÇÕES DE BENS	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	1.200.000,00	1.200.000,00	894.070,78	305.929,22
	DÉFICIT			188.960,50	
	TOTAL GERAL:			1.083.031,28	

Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	1.190.000,00	1.192.000,00	1.083.031,28	1.083.031,28	108.968,72
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	479.000,00	604.000,00	551.843,25	551.843,25	52.156,75
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	12.000,00	11.000,00	8.557,12	8.557,12	2.442,88
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	504.000,00	402.000,00	348.628,28	348.628,28	53.371,72
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	195.000,00	175.000,00	174.002,63	174.002,63	997,37
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	10.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	10.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
	TOTAL DAS DESPESAS:	1.200.000,00	1.200.000,00	1.083.031,28	1.083.031,28	116.968,72

TOTAL GERAL:

1.083.031,28


 Marcelo José dos Santos
 CPF: 056.952.875-53
 (Presidente)


 Pedro Gomes da Silva
 CPF: 001.137.005-04
 CRC: BA 4.320
 (Comador)



Conselho Regional de Economia da 5ª Região

CNPJ: 21.104.188/0001-98

Rua Frederico Simões, nº 98, Sala 505 Edf. Advanced Trade Center - Caminho das Árvores

SALVADOR - BA

Telefone: (71)3341-1597

Balanco Financeiro

Ano do Exercício: 2020

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	894.070,78	DESPESA ORÇAMENTARIA	1.083.031,28
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	894.070,78	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	1.083.031,28
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.298.962,88	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.314.950,98
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	125.889,03	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	111.761,54
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	9.428,69	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	31.639,13
PESSOAL A PAGAR	434.275,15	PESSOAL A PAGAR	434.275,15
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	127.050,78	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	131.055,89
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	428.316,60	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	432.216,64
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	174.002,63	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	174.002,63
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	794.854,82	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	589.906,22
TOTAL GERAL	2.987.888,48	TOTAL GERAL	2.987.888,48


 Marcelo José dos Santos
 CPF: 056.952.875-53
 (Presidente)


 Pedro Gomes da Silva
 CPF: 001.137.005-04
 CRC: BA 4.320
 (Contador)



Conselho Regional de Economia da 5ª Região

CNPJ: 21.104.188/0001-98

Rua Frederico Simões, nº 98, Sala 505 Edif. Advanced Trade Center - Caminho das Árvores

SALVADOR - BA

Telefone: (71) 3341-1597

Balanco Patrimonial

Ano do Exercício: 2020

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Número Conta	Descrição	Valor Atual
1	ATIVO	2.504.574,52
1.1	ATIVO CIRCULANTE	658.598,25
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	589.906,22
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	589.906,22
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	68.692,03
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	1.221,00
1.1.3.5	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	66.471,03
1.1.3.7	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A COMPROVAR	1.000,00
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.845.976,27
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.360.985,15
1.2.1.1	CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	1.360.985,15
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	484.991,12
1.2.2.2	IMOBILIZADO	484.991,12
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.504.574,52
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	25.487,11
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	5.416,80
2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	5.416,80
2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	20.070,31
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	20.070,31
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.479.087,41
2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.479.087,41
2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.479.087,41

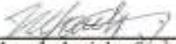
Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
ATIVO FINANCEIRO	658.598,25	PASSIVO FINANCEIRO	25.487,11
ATIVO PERMANENTE	1.845.976,27	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			2.479.087,41

Compensações**Saldo dos Atos Potenciais Ativos****Saldo dos Atos Potenciais Passivos**

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
CONTROLES CREDORES	1.000,00	CONTROLES CREDORES	1.000,00
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.000,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.000,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.000,00		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	1.000,00		

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Valor Atual
Superávit Financeiro	633.111,14


 Marcelo José dos Santos
 CPF: 056.952.875-53
 (Presidente)


 Pedro Gomes da Silva
 CPF: 001.137.005-04
 CRC: BA 4320



Conselho Regional de Economia da 5ª Região

CNPJ: 21.104.188/0001-98

Rua Frederico Simões, nº 98, Sala 505 Edf. Advanced Trade Center - Caminho das Árvores

SALVADOR -BA

Telefone: (71) 3341-1597

Demonstração de Variações Patrimoniais

Ano do Exercício: 2020

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.314.070,78	0,00	3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.306.665,00	0,00
4.1	CONTRIBUIÇÕES	539.388,86	0,00	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	522.688,33	0,00
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	539.388,86	0,00	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	522.688,33	0,00
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	539.388,86	0,00	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	522.688,33	0,00
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	208.875,07	0,00	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	8.557,12	0,00
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	208.875,07	0,00	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	8.557,12	0,00
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	208.875,07	0,00	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	8.557,12	0,00
4.3	FINANCEIRAS	145.806,85	0,00	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	405.862,99	0,00
4.3.1	FINANCEIRAS	145.806,85	0,00	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	405.862,99	0,00
4.3.1.1	FINANCEIRAS	145.806,85	0,00	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	405.862,99	0,00
4.4	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1.1	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	174.002,63	0,00
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	174.002,63	0,00
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	174.002,63	0,00
				3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00

1/3

Siscac

4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	420.000,00	0,00	3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	195.553,93	0,00
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	420.000,00	0,00	3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	195.553,93	0,00
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	420.000,00	0,00	3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	195.553,93	0,00
					SUPERAVIT	7.405,78	0,00
					TOTAL:	1.314.070,78	0,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00
OBRAS, INSTALAÇÕES	0,00	0,00	ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00			
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00			

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior

2/3

Siscac

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00

Marcelo José dos Santos
 CPF: 056.952.875-53
 (Presidente)

Pedro Gomes da Silva
 CPF: 001.137.005-04
 CRC: BA 4.320
 (Contador)

7.1. Em 2020, o sistema Cofecon/Corecon's, através da contratação do novo sistema contábil (SISCAC) passou a seguir as normas preconizadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e também o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

7.2. A entidade não possui Passivos contingentes, compromissos contratuais não reconhecidos, divulgações não financeiras, bem como políticas de gestão de risco.

7.3. No tocante ao tratamento contábil do ativo imobilizado, o Corecon/BA utiliza as taxas de depreciação previstas na legislação contábil, através das informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, ou norma específica equivalente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de Ativos e Passivos da entidade.

7.4. E entidade possui o registro contábil e acompanha os créditos a receber.

7.5. A entidade não possui *del-credere*.

7.6. A entidade também não possui provisionamento de valores a receber e a pagar.

7.7. Sobre operações de financiamentos, a entidade não possui.

7.8. A entidade não recebe nem concede subsídios operacionais.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, de acordo com análise realizada nas demonstrações contábeis, relativas ao exercício de 2020, do Conselho Regional de Economia – 5ª Região/BA, apresentadas neste relatório, regidas pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.



Pedro Gomes da Silva

Contador

CRC/BA 4.320



8.0 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1 Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados

Os temas abordados na Prestação de Contas fazem parte do Programa de Trabalho, do ano anterior. Ao final do exercício, este Corecon/BA elabora relatório de gestão unificado, que é parte integrante da prestação de contas anual encaminhada ao Cofecon.

8.2 Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado

Não há processo específico implementado, haja vista que o conteúdo que compõe o relatório unificado de gestão engloba todas as informações quantitativas e qualitativas do exercício.

8.3 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Até a presente data, não existem determinações e recomendações específicas do TCU para esta entidade.

9.0 ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I - Declaração de integridade do relato integrado pelo responsável pela governança conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle que as informações contidas neste Relatório estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Instrução Normativa TCU 84/2020 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório o mais conciso, claro e objetivo, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade, visando atender os princípios da publicidade e transparência.

Reconheço a minha responsabilidade pelas informações aqui prestadas e, saliente-se que apesar de nem todos os itens previstos na respectiva Instrução Normativa serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa desta UPC, o relatório foi constituído de acordo a contemplar um pensamento coletivo, assegurando sua integridade e credibilidade



Marcelo José dos Santos

Presidente



CORECON **BA**

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Edifício Advanced Trade Center - R. Frederico Simões, 98 - Sala
505 - Caminho das Árvores, Salvador - BA, 41820-774
E-mail: corecon-ba@corecon-ba.org.br |
Telefone: (71) 3341-2770